

A reestruturação urbana de São Paulo (Brasil) – aspectos administrativos

Antonio Delorenzo Neto

Professor de sociologia na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

cunståncias, devemos manter a todo custo a dominância do primeiro — que deve controlar a síntese total da cidade. Isto não é possível em zonas extensas. Se presumirmos que os habitantes das cidades podem, em condições normais, percorrer 30min para ir ao trabalho, ao teatro, ao mercado etc., então a distância de 2,5km parece ser a distância máxima que se deverá admitir num setor sob o controle completo do homem. Parece que sua forma ideal é a oblonga, com um comprimento máximo entre 800 a 1.600m, de tal sorte que os habitantes possam percorrer distâncias até 800m para ir às casas comerciais, à escola, ao parque ou aos centros culturais ou sociais, ou para atender às outras necessidades básicas de seu bairro ou comunidade. O centro do setor será reservado exclusivamente para pedestres. O automóvel nele entra com velocidade reduzida, mas sem o cruzar realmente. É evidente que a criação de um setor ou núcleo humano não era necessária no passado, porquanto toda a organização urbana se confundia com a escala humana. Hoje, aparece ele como uma necessidade absoluta na reforma da estrutura de nossas caóticas cidades.

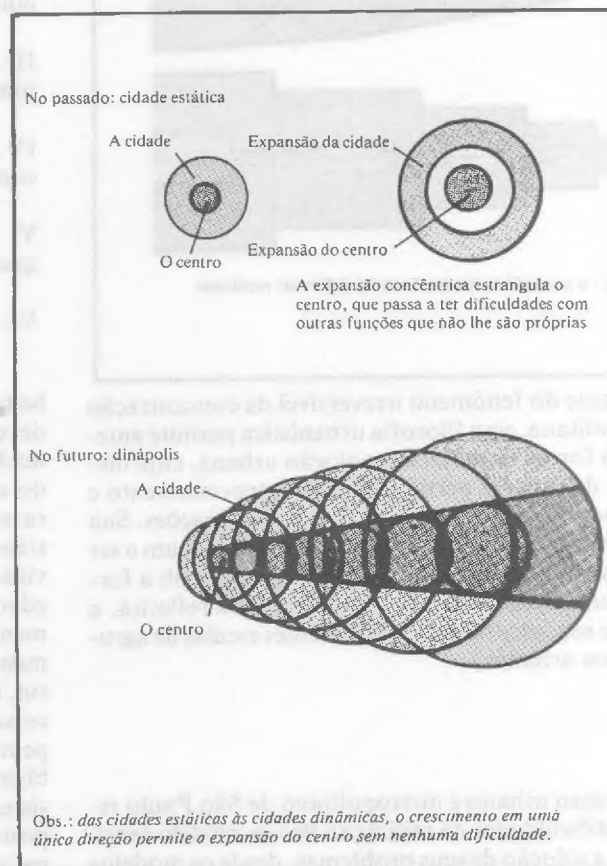
O setor humano deverá ser concebido como uma unidade, e terá de ser autônomo o quanto lhe seja possível, com funções centralizadas, instituições e serviços, possuindo o seu próprio sistema de transporte. Estes setores irão substituir o antigo núcleo urbano e chegarão a ser a base da cidade do futuro. Somente eles poderão

Figura 1
Evolução da cidade
(Teoria de Doxiadis)

I
Nesta exposição, vamos retomar nossas idéias já desenvolvidas em comunicação apresentada ao XXIII Congresso Mundial de Municípios, realizado pela União Internacional de Poderes Locais (IULA), em Hamburgo, em setembro de 1977.¹ Seu fundamento teórico reflete nossa constante coerência com os postulados da descentralização e regionalização das atividades municipais, especialmente nos países de estrutura federal e demasiado extensos, com o Brasil.²

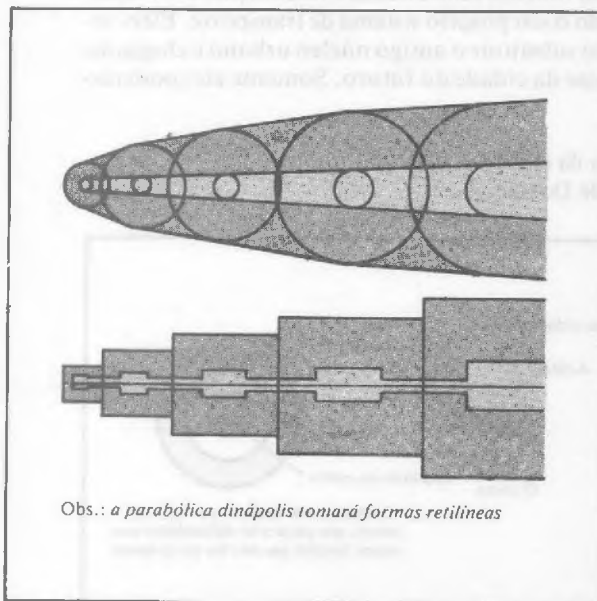
Quando se pretende reorganizar o espaço de uma grande capital, devemos harmonizar dois pontos de vista — o urbanístico e o administrativo. O primeiro visa atender à melhor estruturação do espaço, observada a vocação dos bairros, desligando-se da tirania de um único centro. Esse objetivo só poderá ser atingido se for adotada uma divisão administrativa levando em conta critérios orgânicos, com base no zoneamento funcional.

De acordo com a moderna contribuição dos urbanistas, a partir da lição e da experiência de Doxiadis, tende-se a admitir que a cidade *polinucleada* é a mais compatível com a escala humana.³ A cidade polinucleada derivou-se do urbanismo orgânico, através da criação dos escalões urbanos. Sua unidade básica é o bairro ou a unidade de vizinhança (o setor humano). Hoje, a vida urbana está condicionada por quatro elementos — o homem, o automóvel, o avião e o projétil. Nestas cir-



criar uma estrutura de base desconcentrada, e libertar a cidade da tirania do automóvel. Conceber-se-ão zonas autônomas cada vez mais amplas com o objetivo de suprir as necessidades urbanas. Doxiadis tentou descobrir um novo modelo de cidade que ultrapassasse a cidade estática, cujas forças restritivas ainda pesam sobre nós, passando para a cidade dinâmica, fundada no setor humano, que chamou de "dinápolis". Segundo sua crítica, a expansão concêntrica das cidades estrangulou o seu centro, porque não tinha mais espaço para expandir-se. Para se evitar esta grave conseqüência, é necessário controlar o crescimento da cidade de modo que a metrópole moderna possa desenvolver-se em uma direção. Assim, somente por meio deste esquema, o centro e a periferia manterão um equilíbrio constante, enquanto a cidade se estender sobre espaços intactos ou ainda sem habitações (ver figuras 1 e 2). A dinápolis assumirá uma forma geométrica, com base num sistema retilíneo de eixos, através de uma expansão parabólica, cujo exemplo concreto pode ser apontado na evolução de Islamabad, a partir de 1961.⁴ A dinápolis evitará o estrangulamento urbano, ou seja, a morte da cidade.

Figura 2
A cidade do futuro – (Interpretação de Doxiadis)



Diante do fenômeno irreversível da concentração metropolitana, essa filosofia urbanística permite antever uma forma terminal de evolução urbana, cuja hierarquia de funções permitirá maior aproveitamento e poupança no seu uso, movimentos e interligações. Sua estrutura parte de blocos residenciais, que passam a ser interligados sob a forma de setores, e estes, sob a forma de super setores. E esta trama orgânica refletirá, a partir de módulos básicos, as diferentes escalas de agrupamentos urbanos.

II

O complexo urbano e metropolitano de São Paulo revela as dificuldades de utilização de um modelo teórico para a solução de seus problemas, desde os modelos

analíticos de crescimento urbano até os modelos estratégicos de desenvolvimento urbano.⁵

O debate em torno da reorganização de São Paulo ganha força atualmente, neste momento em que acaba de ocorrer uma mudança de variável política, qual seja o processo de eleição direta para as prefeituras das capitais de estados, considerado essencial na fase atual de redemocratização do País.

Há cerca de 20 anos, a cidade de São Paulo vem sendo submetida a diversas pesquisas sobre sua estrutura sócio-econômica, a fim de melhor definir sua estrutura político-administrativa. Historicamente, a iniciativa mais importante para rever e corrigir a estrutura administrativa concentrada na capital de São Paulo coube, sem dúvida, ao Prefeito Faria Lima, em 1967. Promoveu a elaboração de um plano-diretor para o município, que consistisse num instrumento dinâmico, capaz de acompanhar e atender ao desenvolvimento urbano, atualizando-o permanentemente. Desses estudos, foi concluído no primeiro semestre de 1969 o Plano Urbanístico Básico, com o objetivo de satisfazer às necessidades e aspirações da população de São Paulo, numa prospecção até o ano de 1990.⁶ Os objetivos gerais que nele se estabeleceram como metas fundamentais ainda permanecem válidos, em face de dificuldades estruturais que se acentuaram ao longo dos anos:

- I. ampliar as oportunidades de desenvolvimento individual e social de toda a população;
- II. ampliar a disponibilidade de serviços urbanos de conforto;
- III. ampliar a integração de grupos de imigrantes e de indivíduos marginalizados;
- IV. ampliar as oportunidades de participação da comunidade;
- V. elevar ao máximo o número de empregos, a fim de que sejam proporcionais à força de trabalho;
- VI. contribuir para o aumento da renda regional.

Nessa vasta programação, ganha relevo o setor do bem-estar social, visando oferecer maiores possibilidades de ascensão econômico-social, principalmente às camadas de menor renda e aos grupos imigrantes, de modo a integrá-los plenamente na sociedade urbana. Para isso, foi recomendada ênfase à educação de base e ao treinamento profissional de jovens e adultos, com previsão de funcionamento, para 1990, de 140 centros de educação de base e 14 núcleos de supervisão e treinamento para a realização de programas de aperfeiçoamento da população que não completou o curso primário, ou sem habilitação profissional. Além disso, é necessário criar condições para que a população participe mais ativamente na solução dos seus próprios problemas, com uma vida comunitária mais intensa. Um sistema de centros sociais deverá ser estabelecido, composto de mil centros comunitários instalados junto aos parques infantis, 100 centros recreativos e 10 centros de

reintegração social para educação e orientação de grupos de menor renda, e de imigrantes.

Através dessa prospecção, vê-se como será complexa a sociedade urbana de São Paulo do ano 2000, atingida intensamente pelos fenômenos de mudança social, em decorrência das alterações do processo tecnológico. Por isso, torna-se imprescindível um vasto programa de “reconstrução” da sociedade urbana ao nível das exigências científicas.

A cidade de São Paulo ocupa o centro da região metropolitana que constitui a “Grande São Paulo”, com 38 municípios abrangendo uma população de 8.811.505 habitantes para a área urbana, e de 12.588.439 habitantes para a área da região. Dessa imensa população 96% vivem em áreas urbanas.

Pesquisas recentes têm revelado os aspectos negativos que pesam sobre a grande metrópole, desafiando os especialistas quanto à solução dos respectivos problemas administrativos.⁷

A concentração espacial da renda chega ao auge em São Paulo. Em 1960, concentravam-se em São Paulo 21 das 50 maiores empresas do País. Hoje, esta cifra excede a 30. A pujança econômica de São Paulo revela-se tanto na enormidade de sua infra-estrutura (edificações, energia elétrica etc.), como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o crescimento econômico (a produção industrial, o crescimento financeiro, a renda *per capita* etc.), mas acentua-se a pobreza dos bairros periféricos de trabalhadores, carentes de serviços urbanos básicos — transporte, água, esgoto, habitação.

Citemos algumas cifras.

As áreas verdes são insuficientes: 4,5m² por habitante, enquanto o padrão mínimo recomendável é de 8m². Na região metropolitana dos 8 mil km que formam a rede de circulação do tráfego local, apenas 40% são pavimentados. Cerca de um milhão de habitantes moram em residências desprovidas de iluminação elétrica. Apenas cerca de 30% dos domicílios da região metropolitana são servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água. Mesmo considerando apenas o município da capital, as deficiências são enormes. Já em 1968, 52,4% dos domicílios não contavam com serviço de água e 41,3% eram desprovidos de esgotos. A situação desde então vem-se agravando, em especial na periferia, onde a carência é ainda mais drástica: tão-somente 20% das casas têm rede de esgotos e 46% de água. Em amplos trechos da capital, principalmente em bairros do Sudeste, Nordeste e Leste, muitas ruas não são pavimentadas e há extensas áreas desprovidas de iluminação.

O vertiginoso crescimento demográfico da região, que entre 1960-70 foi de 5,5% ao ano, juntamente com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Neste contexto, além do trabalho e da habitação, os transportes passam a ser um dos problemas cruciais. Quanto ao “metrô”, inaugurado em 1982, com duas linhas, marcou um padrão de projeto e de desempenho exemplares, transportan-

do cerca de um milhão de passageiros por dia, 60% dos quais resultantes da integração ônibus-metrô. Conviria, em vista desta elevada percentagem, que as decisões sobre extensões de linhas levem em conta o critério de conexão do metrô com ônibus e trens. Trata-se de um investimento de custo elevadíssimo, extremamente deficitário, pois a tarifa anual cobre apenas 20% do custo global (operações, investimentos e depreciações). Outro grave problema é o das favelas da capital, que abrigavam, em 1975, 130 mil pessoas, ou seja, 80% a mais em relação ao último cadastramento realizado em 1973 pela Prefeitura municipal. Enquanto a população do município de São Paulo aumentou em 44% entre 1970 e 1980, o número de favelados, em igual período, cresceu 446%, segundo dados da Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura; as causas combinadas desse surto são as migrações e o empobrecimento da população. Em 1977, o Departamento Estadual de Estatística concluía que, enquanto o crescimento da população era de 4,03% ao ano, as favelas aumentavam 66% em dois anos.⁸ Há em São Paulo ainda 615 mil moradores de cortiços. Ademais, 1,8 milhão de indivíduos em casas precárias na periferia. As últimas estimativas apontam que deveremos ter hoje mais de um milhão de habitantes alojados em barracos. Além disso, os índices de nutrição são insatisfatórios, com maior risco de mortalidade prematura: 52% da população da capital e 73% nos demais municípios da região são subnutridos. Acresce-se a tudo isto o aumento dos acidentes de trabalho: 712 mil em 1973 e hoje ultrapassando a cifra de um milhão, o que corresponde a um índice de 1/4 em relação à força de trabalho registrada.

As condições sombrias da estrutura urbana reclamam soluções urgentes para a correção de desvios que se possam tornar insanáveis. Isto será possível se for adotada uma corajosa política de planejamento urbano e metropolitano. Dessa forma, uma nova polarização de atividades poderá ser criteriosamente determinada, através de soluções políticas com rigoroso suporte técnico-científico.⁹

III

São Paulo, embora venha desde 1940 perdendo posição relativa na Grande São Paulo, é ainda, em 1980, destacadamente o município mais populoso da região metropolitana, do estado e do Brasil. O seu crescimento na década foi, no entanto, bastante desigual. O município como um todo cresceu à base de 3,67% ao ano, ficando, pois, abaixo da média metropolitana. Há dentro dele, todavia, segmentos com crescimento bastante significativo. É o caso do *vetor Sul* do município, onde se destacam os subdistritos de *Socorro* (10,58% ao ano), *Santo Amaro* (7,35%) e o Distrito de *Parelheiros* (8,23%). É igualmente o caso do *vetor Leste*, enfatizando-se os distritos de *Itaquera* (8,13%), *Guaianazes* (7,22%) e *São Miguel Paulista* (6,59%) e os subdistritos de *Ermelino Matarazzo* (4,73%) e *Vila Matilde* (4,72%). O *Vetor Noroeste* também se destaca, principalmente nos distritos de *Jaraguá* (9,33%), *Peru* (5,72%) e no subdistrito de *Brasilândia* (5,86%). Por último, merece ainda menção o subdistrito de *Butantã*

(6,12%) no vetor Oeste. Estes números indicam um claro crescimento das áreas periféricas da capital, pois o centro histórico do município, devido à alta e crescente terciarização ou a problemas de saturação, vem perdendo posição há várias décadas.¹⁰

Para enfrentar as tendências desse crescimento e expansão periférica, a partir de 1965 a Prefeitura Municipal deu o primeiro passo para a adoção de um esquema descentralizado, criando em outubro desse ano sete Administrações Regionais da capital, hoje em número de 17. São dirigidas por elementos da confiança do prefeito, demissíveis *ad nutum*, que têm a seu cargo a execução dos serviços de rotina, o levantamento periódico das eventuais deficiências verificadas nos serviços públicos e a sugestão das providências cabíveis. Fiscalizam, também, o exato cumprimento das leis, regulamentos e contratos, promovendo as medidas executivas previstas em lei. Cada Administração Regional possui uma subdivisão de equipamento social, de serviços, de obras, de finanças, de expediente e de pessoal. Cuidam, ainda, do fornecimento de plantas para construção de moradias econômicas, do emplacamento de ruas e numeração de prédios, colaboração na criação de centros cívicos sociais, de postos de pronto-socorro e puericultura, de campos de esporte, bibliotecas, teatro e cinemas educativos. Fiscalizam obras e serviços públicos realizados na unidade respectiva, bem como as obras, serviços e construções particulares. Enfim, exercem toda uma competência ligada, geralmente, ao exercício do poder de polícia na esfera da competência administrativa. Numa primeira fase, todas essas atividades estavam reunidas na Coordenadoria das Administrações Regionais. Essa experiência se consolidou em 1977, com a criação da Secretaria das Administrações Regionais.

As Administrações Regionais pretendem a execução descentralizada de serviços públicos, de modo a assegurar, com a economia de recursos, o atendimento das necessidades do povo. Contudo, até o orçamento de 1976, durante 10 anos, não apresentavam dotações financeiras discriminadas para o seu respectivo campo operacional. Somente nessa data, um importante passo foi dado no sentido de fixar sua competência em termos de desapropriações, com dotação própria.

Numa avaliação de suas atividades, podemos considerar que os serviços que realizam constituem um real benefício à população. Mas, para os mais importantes, como os de pavimentação, água, luz e execução de obras ainda permanece centralizada na Secretaria de Vias Públicas, na Sabesp e na Eletropaulo. Para uma estrutura mais eficiente e ousada, seria necessário buscar uma forma de conciliar medidas de desconcentração administrativa com a delegação de competência no campo das decisões. Dessa forma se atenderia ao princípio da descentralização, com a outorga de parcela de poder político e unidades descentralizadas.

A dimensão alcançada pela metrópole de São Paulo e a complexidade burocrática dela resultante levam a justificar a necessidade de uma reformulação de sua estrutura através da regionalização de sua ação administrativa e política.

IV

Se verificarmos o tamanho das 17 Administrações Regionais, teremos de admitir mudanças no sistema de administração, pois cada uma delas abrange territórios que, pela superfície e população, correspondem a cidades grandes, congregando diversos bairros, "vilas" e "jardins" (ver tabela 1).

Tabela 1
Administrações regionais
(Censo de 1980)
Dimensão e população

	AR _s	Área (em km ²)	Habitantes
I	Sé	24	512.566
II	Pinheiros	27	316.513
III	Lapa	28	265.704
IV	Santana	71	394.004
V	Butantã	50	316.359
VI	Pirituba-Perus	128	321.681
VII	Ípiranga	32	444.653
VIII	Santo Amaro	582	732.989
IX	Vila Maria	43	530.304
X	Campo Limpo	86	443.673
XI	Moóce	43	536.210
XII	Vila Mariana	42	614.125
XIII	Vila Prudente	26	573.838
XIV	Itaquera-Guaianazes	129	503.177
XV	Penha	52	711.384
XVI	São Miguel	65	551.716
XVII	Freguesia do Ó	57	589.945

Dentro deste contexto, talvez fosse aconselhável manter as 17 ARs, mas transformadas em subprefeituras, conciliando, do ponto de vista jurídico, a desconcentração e a descentralização. Cada uma delas seria dividida em setores, cada um com 50 mil habitantes nas áreas não-periféricas; e, de 20 mil habitantes nas áreas periféricas. Para garantir um mínimo de participação popular, em cada setor se elegeria uma Junta Comunitária, de nove membros. Uma lei municipal poderá, nessa primeira reestruturação, avançar nas medidas explícitas de descentralização e desconcentração.

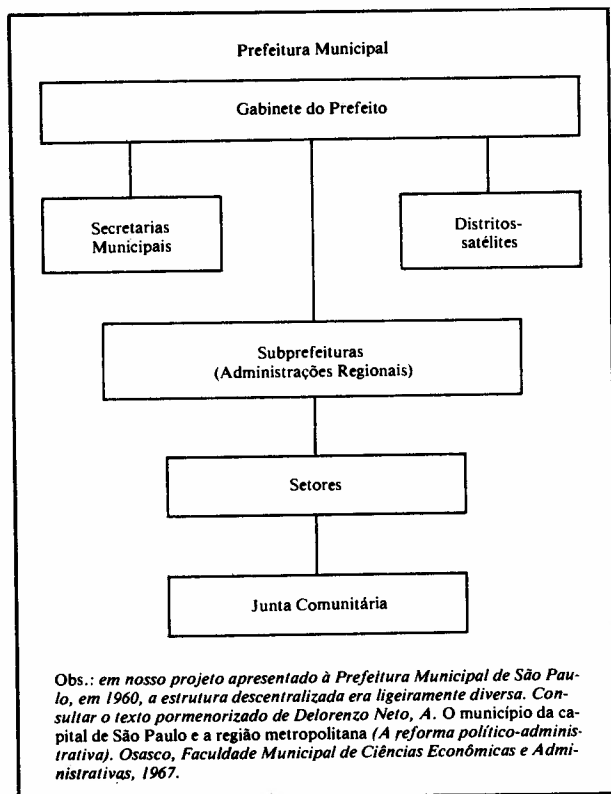
Todo esse esforço de readaptação a novos modelos será feito sem prejuízo da criação de distritos-satélites, num raio de 60km do centro, em convênio com os municípios limítrofes (modelos de Paris ou Estocolmo).

Como medida prioritária, a fim de determinar a consolidação de recursos financeiros próprios, será imprescindível a criação de um Fundo Municipal de Desenvolvimento.

V

A justificativa de novos modelos descentralizados em áreas metropolitanas encontra-se na experiência internacional.¹¹

Figura 3
Projeto de reestruturação administrativa de
São Paulo
Município da capital



Lembremos, a título de comparação, alguns dos mais significativos modelos descentralizados quanto aos resultados obtidos.

Os modelos de Paris, Londres, Estocolmo e Tóquio são realmente notáveis no plano da descentralização urbana, pelo melhor arranjo metropolitano, conduzindo à implantação das cidades novas.

Em Berlim prefere-se adotar a concepção de bairros-satélites, para desconcentrar a cidade. Também em Moscou e Leningrado segue-se a mesma política de implantação de bairros-satélites.

Bem interessante é a contribuição dos professores espanhóis, que buscam modelos dimensionados pelas necessidades do futuro. Na experiência espanhola não se verifica a experiência de cidades novas, e sim, a rigor, a de bairros-satélites, conforme os planejamentos de Madri e Barcelona. O Prof. Antonio Merino propõe, contudo, que se implantem nos arredores de Madri 10 cidades novas, cada uma delas com 150 mil habitantes, como único meio viável de se impedir o seu desastroso crescimento metropolitano.¹²

No caso da reestruturação de São Paulo, de um ponto de vista administrativo será aconselhável reter a experiência de Roma. A rigor, tanto em Roma como em Milão, quanto à adoção do modelo de cidades novas, as operações de planejamento são ainda discretas, preferindo-se antes a organização de bairros-satélites.

A medida de caráter administrativo de grande alcance é a recente Deliberação n.º 1.484, de 31 de maio de 1977, da Prefeitura de Roma, aprovando o Regula-

mento para a Execução da Descentralização Administrativa, com base na Lei n.º 278/1977. Contém disposições sobre a divisão do território municipal em 20 circunscrições, como expressões da autonomia municipal. Consagra uma ampla descentralização de órgãos e serviços, e real participação popular à gestão administrativa. Criou, originariamente, um Consiglio Circoscrizionale, com 25 membros, cuja competência se aplica ao exame das questões relativas à atividade própria da administração comunal, que interessem diretamente à respectiva circunscrição. Prevê, ainda, a delegação de atribuições do prefeito ao presidente do Consiglio, em matéria de descentralização de serviços. A sua competência consultiva é relevante nas matérias que se referem ao peculiar interesse das unidades que compõem o município de Roma.¹³

Em conclusão, devemos reconhecer que os fenômenos de urbanização e de concentração metropolitana são, realmente, ameaçadores e irreversíveis. E, sobretudo, criando para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento os problemas que decorrem da formação de bairros imensos nas periferias, revelando em alto grau a desorganização econômica, a degradação e a pobreza.

É neste sentido que a administração moderna poderá oferecer novos critérios de racionalização e reconstrução.¹⁴ Mas qualquer reforma descentralizadora deverá permanecer articulada ao poder legislativo fundamental, representado pelas câmaras municipais, enquanto órgãos eleitos para atender às aspirações do povo.

* Comunicação apresentada ao XXVI Congresso Mundial de Municípios, organizado pela Union Internationale des Villes et Pouvirs Locaux, em Estocolmo, jun. 1983.

¹ A qualidade da vida urbana. In: *Digesto Econômico*, Associação Comercial de São Paulo, (263), set./out. 1978. Divulgada a todos os burgomestres da província de Hesse, em língua alemã.

² Sobre as contradições do federalismo, consultar nossa tese apresentada ao Congresso Mundial de Sociologia, realizado na Universidade de Uppsala, em junho de 1978, em *Sociologia*, revista da Escola de Sociologia e Política (instituição complementar da Universidade de São Paulo), 1980, sob o título: *Diversification culturelle et fédéralisme*.

³ *Doxiadis, C.A. Ekistics — an introduction to the science of human settlements*. London, Hutchinson, 1968

⁴ A coleção de documentos fundamentais sobre Islamabad (Paquistão) abrange 101 monografias, especialmente, o *Summary of final programme and plan*. Athens, 1960. A contribuição de Doxiadis ao Brasil está consubstanciada em sua exaustiva análise — *Guanabara, a plan of development*. Athens, Doxiadis Associates, 1965.

⁵ Para uma discussão crítica e comparativa desses modelos, ler a brilhante análise do Prof. Pierre-Henri Derycke, em seu trabalho *Économie et planification urbaines*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982. t.2, p. 111 e segs.

⁶ *Plano urbanístico básico*. São Paulo, Cia. Litográfica Ypiranga, mar. 1969.

Tabela 2
Grande São Paulo
População urbana residente, segundo os municípios e sub-regiões, 1960, 1970, 1980

Municípios e sub-regiões	1960 ¹	1970	1980	1970/60 1980/70	
Centro	3.336.301	6.155.929	8.811.505	6,32	3,65
São Paulo	3.300.218	5.872.856	8.337.649	5,93	3,57
Osasco	36.083	283.073	473.856	22,87	5,29
Noroeste	33.233	99.429	286.248	11,58	11,15
Carapicuíba	14.632	54.873	185.763	14,13	12,97
Barueri	14.270	36.380	75.321	9,81	7,55
Cajamar	1.822	4.180	19.518	8,66	16,66
Santana do Parnaíba	1.467	2.223	3.139	4,24	3,51
Pirapora do Bom Jesus	1.042	1.773	2.507	5,46	3,52
Oeste	10.108	69.706	149.745	21,30	7,95
Cotia	4.368	29.638	60.403	21,10	7,38
Itapevi	4.630	27.569	53.325	19,53	6,82
Jandira	1.110	12.499	36.017	27,40	11,16
Sudoeste	7.519	69.908	279.440	24,98	14,86
Taboão da Serra	2.809	49.945	97.642	30,73	9,08
Itapeverica da Serra	1.863	17.717	57.482	25,26	12,49
Embu	1.133	4.348	95.764	14,39	36,24
Embuguaçu	1.378	5.343	19.936	14,51	14,07
Juquitibá	336	1.555	8.616	16,56	18,67
Sudeste	421.484	958.131	1.611.510	8,56	5,34
Santo André	231.705	417.264	552.797	6,06	2,85
São Bernardo do Campo	62.218	189.309	384.683	11,77	7,35
São Caetano do Sul	114.039	150.130	163.030	2,79	0,83
Mauá	14.128	101.542	205.817	21,80	7,32
Diadema	1.315	68.513	228.594	48,49	12,81
Ribeirão Pires	9.575	24.095	56.487	9,67	8,89
Rio Grande da Serra	1.204	7.278	20.102	19,71	10,69
Leste	119.555	232.435	470.241	6,87	7,30
Mogi das Cruzes	70.691	110.162	175.123	4,54	4,74
Suzano	11.935	33.859	95.181	10,99	10,89
Poá	15.419	31.722	52.523	7,48	5,17
Itaquaquecetuba	6.952	22.085	72.779	12,25	12,67
Ferraz de Vasconcelos	9.926	24.799	54.861	9,59	8,26
Guararema	2.259	3.290	6.969	3,83	7,79
Salesópolis	1.729	3.277	5.264	6,60	4,85
Biritiba-Mirim	644	3.241	7.541	17,54	8,81
Nordeste	83.789	237.923	461.197	11,00	6,84
Guarulhos	77.980	221.569	426.682	11,00	6,77
Arujá	1.178	7.126	16.081	19,72	8,48
Santa Isabel	4.631	9.228	18.434	7,14	7,16
Norte	18.135	43.208	113.253	9,07	10,12
Franco da Rocha	11.315	19.930	43.928	5,82	8,22
Mairiporã	2.270	5.541	18.874	9,33	13,04
Caieiras	2.959	8.724	22.200	11,42	9,79
Francisco Morato	1.591	9.013	28.251	18,94	12,10
Grande São Paulo	4.030.124	7.866.669	12.183.139	6,92	4,47

Fonte dos dados básicos: FIBGE Sinopses preliminares dos censos demográficos de 1960 e 1980.

¹ População presente.

⁷ Verificar especialmente os dados da Pesquisa Cebrap. In: Kowarick, Lúcio & Brant, Vinicius Caldeira. *São Paulo — 1975 — Crescimento e pobreza*. São Paulo, Ed. Loyola, s.d.

⁸ Consultar os dados publicados pela *Folha de São Paulo*, 23 maio 1982.

⁹ Entre as contribuições mais recentes, citemos o texto de Wilhelm, Jorge. *Projeto São Paulo — Propostas para a melhoria da vida urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; e, o artigo de Souza, Maria

Adélia Aparecida de. O governo da metrópole do terceiro milênio. In: *Folha de São Paulo*, 26 mar. 1983.

¹⁰ Para uma análise pormenorizada, consultar o documento *A grande São Paulo hoje*. São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1982. p. 52 e segs.

¹¹ Blair, Thomas L. *The international urban crisis*. Hart Davis, London, Mac Gibbon, 1974; Derycke, Pierre-Henri. *ri. op. cit.* Paris, 1979.

Tabela 3
Grande São Paulo
População rural residente, segundo os municípios e sub-regiões, 1960, 1970, 1980

Municípios e sub-regiões	1960 ¹	1970	1980	1970-60		1980-70	
Centro	605.127	51.759	155.949	-21,80		11,66	
São Paulo	525.133	51.769	155.949	-20,68		11,66	
Osasco	79.994	—	—	—		—	
Noroeste	12.501	12.706	11.662	0,16		-0,85	
Carapicuíba	259	—	—	—		—	
Barueri	2.401	1.428	—	-5,06		—	
Cajamar	4.616	6.175	2.423	2,95		-8,93	
Santana do Parnaíba	3.777	3.167	6.931	-1,75		8,15	
Pirapora do Bom Jesus	1.448	1.936	2.308	2,95		1,77	
Oeste	20.027	1.286	2.970	-24,01		8,73	
Cotia	13.538	1.286	2.970	-20,97		8,73	
Itapevi	5.552	—	—	—		—	
Jandira	937	—	—	—		—	
Sudoeste	29.584	32.046	8.210	0,80		-12,73	
Taboão da Serra	4.364	—	—	—		—	
Itapeçerica da Serra	12.390	7.597	3.234	-477		-8,19	
Embu	3.908	13.800	—	13,45		—	
Embuguaçu	3.395	4.937	1.092	3,82		-14,00	
Juquitibá	5.527	5.712	3.884	0,33		-3,78	
Sudeste	70.232	30.546	41.097	-7,99		3,01	
Santo André	13.442	1.562	—	—		-19,37	
São Bernardo do Campo	20.193	12.353	41.097	-4,80		12,77	
São Caetano do Sul	382	—	—	—		-12,77	
Mauá	14.796	158	—	-36,49		—	
Diadema	10.993	10.401	—	-0,55		—	
Ribeirão Pires	7.675	4.953	—	-4,29		—	
Rio Grande da Serra	2.751	1.119	—	-8,60		—	
Leste	62.003	79.625	48.739	2,53		-4,79	
Mogi das Cruzes	23.791	28.589	22.958	1,85		-2,17	
Suzano	14.397	21.601	5.886	4,14		-12,19	
Poá	1.172	651	272	-5,71		-8,36	
Itaquaquecetuba	4.504	7.029	—	4,55		—	
Ferraz de Vasconcelos	241	335	246	3,35		-3,04	
Guararema	5.429	9.348	8.154	5,58		-1,3	
Salesópolis	7.401	6.280	5.385	-1,63		-1,53	
Biritiba-Mirim	5.068	5.792	5.838	1,34		0,08	
Nordeste	35.029	25.620	118.190	-30,80		16,52	
Guarulhos	23.293	15.242	106.226	-4,15		21,43	
Arujá	4.580	2.445	1.401	-6,08		-5,42	
Santa Isabel	7.156	7.933	10.563	1,04		2,90	
Norte	32.042	39.473	18.483	2,11		-7,31	
Franco da Rocha	14.061	16.373	6.782	1,53		-8,44	
Mairiporã	10.572	14.043	8.624	2,88		-4,76	
Caieiras	6.446	6.839	2.866	0,59		-8,33	
Francisco Morato	963	2.218	211	8,70		-20,96	
Grande São Paulo	866.545	273.061	405.300	-10,91		4,03	

Fonte dos dados básicos: FIBGE. Sinopses preliminares dos censos demográficos de 1960 e 1980. Censo demográfico de 1970.

¹ População presente.

t. 1; e o número especial de *Le Monde: La régionalisation*. Dossiers et documents. Paris, feb. 1974. Ainda, os documentos publicados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do Ministério do Interior, a partir de 1968 (Ciclos Internacionais de Conferências sobre Planejamento Urbano).

¹² Merino, Antonio. *Las nuevas ciudades residenciales*. Madrid, Dossat, 1978.

¹³ Consultar o Relatório da I Repartizione del Comune di Roma. *Le circoscrizioni*. Roma, abr. 1979.

¹⁴ Para um estudo aprofundado das tendências atuais de desenvolvimento periurbano, e das conseqüências das migrações urbanas, ler a notável monografia de Pages, Michel. *La maîtrise de la croissance urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France, 1980. cap. 1 (Que sais-je? n. 1.843).